

O DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA, RS, NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA¹

THE INDUSTRIAL DISTRICT OF SANTA MARIA, RS IN THE CONTEXT OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Augusto Russini², Elsbeth Léia Spode Becker³ e Leonardo Guedes Henn⁴

RESUMO

Neste artigo o objetivo foi examinar a constituição do Distrito Industrial de Santa Maria, RS, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) por meio da abordagem do materialismo histórico. Primeiramente foi realizada uma análise histórica do Brasil e da cidade de Santa Maria, RS, no período temporal proposto e, após, uma explanação teórica sobre o materialismo histórico. Foi analisado o empreendimento do Distrito Industrial de Santa Maria, RS, engendrado na política nacional e, assim, evidenciou-se o alinhamento das lideranças empresariais santa-marienses, representadas pela Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM) com as políticas econômicas e sociais impostas pelos governos ditatoriais, que mantinham a visão do desenvolvimento econômico iniciado no período do governo de Juscelino Kubistchek. Pôde-se inferir que a abordagem do método materialista histórico permite compreender a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista e possibilita identificar as simetrias e assimetrias do global com o local, sendo o Distrito Industrial a materialização do pensamento capitalista nacional no local. Constatou-se que a forma de atuar do empresariado santa-mariense, voltado à pulverização dos lucros contribuiu para a não superação de momentos econômicos adversos e contribuiu para a estagnação das iniciativas empreendedoras como o Distrito Industrial de Santa Maria.

Palavras-chave: capitalismo, empreendedorismo, materialismo histórico.

ABSTRACT

In this article, the objective was to examine the constitution of the Industrial District of Santa Maria, RS, during the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) through the approach of historical materialism. First, a historical analysis of Brazil and the city of Santa Maria, RS, was carried out during the proposed time period and, afterwards, a theoretical explanation on historical materialism. It was analyzed the enterprise of the Industrial District of Santa Maria, RS, engendered in the national policy and, thus, the alignment of the Santa-Maria's business leaders, represented by the Chamber of Commerce and Industry of Santa Maria (CACISM) with economic policies and social policies imposed by dictatorial governments, which maintained the vision of economic developmentalism initiated in the period of Juscelino Kubistchek's rule. It could be inferred that the approach of historical materialist method allows to understand the dynamics of capitalist society and allows to identify the symmetries and asymmetries of the global and the local, being the Industrial District the materialization of the national capitalist thought in the place. It was observed that the activity of Santa Maria

¹ Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa: Ensino e Formação Docente. Linha de Pesquisa: Ensino e Práticas Docentes.

² Graduado em História Licenciatura Plena. Mestrando em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana. E-mail: augustorussini.sm@gmail.com

³ Orientadora. Professora Adjunta II no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana. E-mail: elsbeth.geo@gmail.com

⁴ Coorientador. Professor Adjunto I no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana. E-mail: lghenn@gmail.com

entrepreneurs, focused on the spreading of profits, contributed to the avoidance of adverse economic moments and contributed to the stagnation of entrepreneurial initiatives such as the Industrial District of Santa Maria.

Keywords: *capitalism, entrepreneurship, historical materialism.*

INTRODUÇÃO

Para compreender o empreendimento do Distrito Industrial de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), por meio da abordagem do materialismo histórico, torna-se necessário revisitar o cenário histórico brasileiro, entre os anos de 1964-1985, engendrado no contexto mundial da Guerra Fria e seu alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA). Esse recorte temporal, denominado de Ditadura Civil-Militar Brasileira, foi caracterizado pelo crescimento da desigualdade social, repressão política e por diversas mudanças econômicas perpassando do milagre à recessão.

A Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM) entidade representativa do empresariado local, procurou, em meio ao crescimento econômico brasileiro, ampliar o projeto de desenvolvimento industrial da cidade promovendo a criação do Distrito Industrial. Na prática, os representantes políticos e empresários locais aderiram à proposta, contudo os revezes foram maiores, e o empreendimento não atingiu os objetivos propostos.

A partir da identificação das principais características do contexto histórico, locais quanto nacionais, o presente artigo abordou o materialismo histórico no contexto da análise da realidade social e, posteriormente, procurou-se, dentro dessa abordagem histórica, compreender o Distrito Industrial de Santa Maria alinhado ao modelo capitalista ratificado pelo governo militar. Assim, o estudo possibilita demonstrar as potencialidades do materialismo histórico como estratégia metodológica e filosófica de análise e contextualização para compreender um determinado cenário político, social ou econômico, identificando as principais tessituras que constituem uma dada realidade histórica. Isto posto, permite ainda contribuir com as demais pesquisas sobre a História Local no que versam sobre a implementação, operacionalização e a não concretização dos objetivos almejados para o Distrito Industrial de Santa Maria.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, que segundo Minayo (2012) é uma característica predominante nas pesquisas sociais e humanas, uma vez que levam em consideração a historicidade dos fatos a serem investigados. Além dessa historicidade, considera-se, também, a criatividade do pesquisador que influencia a pesquisa, na sua condição de sujeito-histórico.

A metodologia está embasada no estado da arte e na perspectiva da pesquisa qualitativa que relaciona o período histórico (1964-1985), local e nacional, com a abordagem do materialismo histórico.

Dessa forma, o artigo, está dividido em quatro subtítulos, a saber: *A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)*; *A Cidade de Santa Maria, RS, durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)*; *O Materialismo Histórico na Análise da Realidade Social e*; *Abordagem Materialista Histórica no Empreendimento do Distrito Industrial de Santa Maria, RS*.

A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

O Brasil passou por diversas transformações estruturais a partir da década de 1950, sobretudo na industrialização e no crescimento urbano acompanhados por uma instabilidade política. Nesse recorte temporal, diversos acontecimentos políticos devem ser mencionados como pano de fundo para a eclosão de uma ditadura civil-militar, entre eles: o suicídio do Presidente da República Getúlio Vargas em 1954; a vitória nas urnas de Juscelino Kubitschek e seu governo caracterizado pelo desenvolvimentismo econômico (cinquenta anos em cinco) balizado por seu Plano de Metas e a construção da nova capital brasileira, Brasília; a vitória nas urnas e a posse de Jânio Quadros como Presidente da República e sua rápida renúncia; e, finalmente, a posse de João Goulart como Presidente da República em 1961 (PESAVENTO, 1994).

Cabe mencionar que o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi marcado pelas tensões sociais e pela crise política e econômica. Vargas manteve o discurso populista, além de reafirmar sua postura pela industrialização do país. Segundo Fausto (2001, p. 223), “Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista”. Com a morte de Getúlio, assume o vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho (1954-1955). Na sequência tem-se o governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961), marcado pelo Plano de Metas “Cinquenta anos em cinco”, *slogan* do desenvolvimentismo que, segundo JK, o processo de desenvolvimento econômico e social que levaria cinquenta anos nos outros governos, no governo dele, levaria apenas cinco. Sua administração, ainda, caracterizou-se pela intensa industrialização e a construção da nova capital federal, Brasília. Em 31 de janeiro de 1961 assume o presidente Jânio Quadros e o vice-presidente João Goulart e, no mesmo ano, em 25 de agosto de 1961, o presidente renuncia e assume o Jango (como era conhecido João Goulart). Seu governo significou o retorno do populismo, com uma roupagem social atrelada aos movimentos sindicais e mobilizações urbanas e rurais. A disputa ideológica entre conservadores, representados, sobretudo pelo Partido Social Democrático (PSD) e pela União Democrática Nacional (UDN) e adeptos à esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) gerou uma instabilidade, que levou Jango a iniciar seu governo em 1961 no sistema parlamentarista, tendo seus poderes, como Presidente da República, limitados. O sistema presidencialista retornou somente em 1963, por meio de um plebiscito e, nesse momento, Jango torna-se chefe do governo brasileiro (FAUSTO, 2001).

O cenário econômico, político e social do Brasil era de crise. Goulart enfrentava uma constante inflação e suas políticas tornavam-se ineficientes não sendo aceitas pela elite, classe média e pelo operariado brasileiro. As insatisfações, tanto da ala conservadora quanto da esquerda brasileira, eram

crescentes. Com o lançamento do Plano de Reformas de Base e o golpe militar arquitetado pela ala conservadora brasileira, é consolidado, em 31 de março de 1964, um movimento que utilizava o pretexto, de “livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia” (FAUSTO, 2001, p. 257).

A ditadura perdurou de 1964 a 1985, período caracterizado pela repressão. Na esfera política, foi posto fim ao pluripartidarismo, em 1965, formando o bipartidarismo composto por um partido do governo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e outro partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (BRUM, 1988).

Governava-se o Brasil por meio de Atos Institucionais (AI). Os ditadores fortaleceram o Executivo e enfraqueceram o campo de atuação do Legislativo. Com a intensificação da oposição, a ditadura tornou-se cada vez mais repressiva. Os responsáveis pelo governo “tornaram-se cada vez mais repressivos, censurando a imprensa ainda mais estritamente, provocando um movimento de guerrilha armada e usando a tortura em seus esforços para esmagar toda a oposição” (SKIDMORE, 1998, p. 225).

Na esfera econômica, a ditadura promoveu algumas transformações já no seu primeiro governo, entre os anos de 1964-1967, encabeçado pelo general Humberto Castelo Branco, por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esse programa econômico tinha por interesse reduzir os gastos do setor público, promover melhorias nas empresas públicas, findar subsídios para produtos básicos, aumentar a arrecadação de impostos e também assegurar uma abertura para o capital estrangeiro. Os resultados da PAEG foram assim evidenciados

O PAEG alcançou seus objetivos. A combinação do corte de despesas e do aumento da arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente e o PIB voltou a crescer a partir de 1966 (FAUSTO, 2001, p. 261).

O General Humberto Castelo Branco foi sucedido, na Presidência da República, em 1967, pelo General Artur da Costa e Silva, que permaneceu no governo até 1969. Foi um período de grande repressão política, sendo o Ato Institucional Número 5 institucionalizado. Com sua saúde abalada, Costa e Silva foi substituído, em 1969, no governo, por uma Junta que manteve a linha dura do AI-5 e criou novos mecanismos de repressão como o Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (FAUSTO, 2001).

Com o regime militar, desenvolveu-se através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) políticas de estabilização econômica e, em conjunto, com transformações institucionais, principalmente no mercado financeiro, como por exemplo; a criação da correção monetária e do Banco Central, de certa maneira, prepara a economia para o milagre econômico e, também, aprofunda as características de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro, mantendo a matriz industrial implementada com o Plano de Metas.

Nesse contexto, no plano econômico, o período foi de êxito:

Houve uma forte recuperação industrial em 1968, liderada pelas indústrias automobilística, de produtos químicos e de material elétrico. A construção civil expandiu-se bastante, graças principalmente aos recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1968 e 1969, o país cresceu em ritmo impressionante, registrando variações, respectivamente, de 11,2% e 10% do PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo per capita. Começava assim o período do milagre econômico (FAUSTO, 2001, p. 266).

O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência da República em 1969 e governou até 1974, sendo considerado o governo “mais repressivo da história brasileira” (FAUSTO, 2001, 267). Concomitantemente a esse cenário repressivo, o Brasil atravessava um período de prosperidade econômica, que foi denominado “milagre econômico”. Nesse período, o país alcançou taxas de crescimento acima de 10% ao ano, isso se deveu a reorganização do sistema financeiro brasileiro bem como a alta liquidez internacional, beneficiado pelo grande crescimento do comércio mundial e sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior. Paralelamente, agravaram-se as questões sociais, com o aumento da concentração de renda e deterioração de importantes indicadores de bem-estar social. O milagre aprofundou as contradições estruturais e aprofundou e os problemas decorrentes de sua enorme dependência em relação ao capital internacional.

Nessa conjuntura,

o período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. (p.268) (FAUSTO, 2001, p. 268).

Contribuíram para a consolidação desse cenário, o aumento do crédito internacional para países em desenvolvimento, sobretudo pelos EUA, e a abertura para o capital internacional principalmente na industrialização (SKIDMORE, 1998).

Em março de 1974, o General Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República pautando seu governo num processo de abertura política, sendo “um processo longo e frustrante” (SKIDMORE, 1998: 256). Além de questões internas entre os oficiais gerais brasileiros sobre a abertura o cenário internacional também exerceu influência para dar início à redemocratização do Brasil. Nessa esteira,

o uso da tortura e o abuso aos direitos humanos desde 1964 trouxeram duras críticas das igrejas (incluindo o Vaticano), políticos e intelectuais nos Estados Unidos e Europa ocidental. [...] A aprovação dos EUA ao golpe em 1964 começou a se mesclar a críticas depois da guinada autoritária de 1968. O *boom* econômico da década de 1970 forneceu aos militares alguma legitimidade aos olhos do mundo exterior, mas não apagou a imagem repressiva do Brasil. Assim, o desejo da elite brasileira por respeitabilidade internacional ajudava a linha moderada em seus planos (SKIDMORE, 1998, p. 257-258).

Em relação à economia, o governo Geisel apresentou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) visando à implementação de indústrias, ao desenvolvimento do setor energético e da autonomia

nos combustíveis. O governo pretendia concluir o processo de substituição de importações, buscando a autonomia na área da indústria de bens de capital e dos insumos básicos, ao invés de substituir bens de consumo. Contudo, os revezes do cenário internacional não permitiram a continuação do crescimento econômico brasileiro em índices elevados. A elevação da taxa internacional de juros, por parte dos EUA, comprometeu os recursos da União e, conseqüentemente, aprofundou o tamanho da dívida interna brasileira (FAUSTO, 2001).

A abertura política iniciada pelo presidente Geisel foi continuada pelo General João Batista Figueiredo durante seu mandato de 1979 a 1985. Com medidas, como o fim do bipartidarismo e a criação de novos partidos políticos, somados à Lei da Anistia, um novo cenário emerge, e a impopularidade do regime militar sucumbe frente às manifestações populares, com destaque para campanhas como as Diretas Já. O desfecho da ditadura não ocorreu com um presidente escolhido pelo povo, mas por um colégio eleitoral. Eleito indiretamente, Tancredo Neves significou novamente um civil como Presidente da República com a obrigação de consolidar a democracia no Brasil (PESAVENTO, 1994).

Apesar dos avanços no campo dos direitos políticos e a desagregação do regime ditatorial brasileiro, o país passava por um turbulento contexto econômico. A crise tinha suas origens em problemas internacionais, como a crise do petróleo e a elevação constante das taxas de juros e, problemas internos, como cortes em investimentos nas empresas estatais, elevação na taxa de juros interna atrelados ao pouco investimento do setor privado. Assim,

pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável e de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país, gerando o desemprego. [...] No início de 1985, quando Figueiredo deixou o governo, a situação era de temporário alívio e o país voltara a crescer. Mas o balanço daqueles anos se revela bastante negativo. A inflação se acelerava de 40,8% em 1978 para 223,8% em 1984. No mesmo período, a dívida externa subira de US\$ 43,5 bilhões para US\$ 91 bilhões (FAUSTO, 2001, p. 278-279).

Portanto, a grande consequência deixada pelos governos da Ditadura Civil-Militar, além da ausência de políticas públicas e sociais, da censura, das torturas, do aprofundamento da concentração de renda e da riqueza e dos atos institucionais, foram também, os constantes constrangimentos externos e forte processo inflacionário em ascensão. A crise da dívida externa desestruturou profundamente a economia brasileira, desestruturação essa, que se sente e vive-se com seus resquícios até os dias atuais.

No contexto dos governos da Ditadura Civil-Militar iniciou o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria e, na esteira do desenvolvimentismo, acreditava-se que a indústria seria a grande propulsão para a economia local.

A CIDADE DE SANTA MARIA, RS, DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

A cidade de Santa Maria caracterizava-se por ser um importante polo militar e também um dos maiores entroncamentos ferroviários do Rio Grande do Sul. Apresentava uma forte economia agropecuária paralela à atividade comercial, sendo reconhecida nacionalmente por ser um importante polo educacional, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada em 14 de dezembro de 1960, pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. A UFSM é considerada uma das primeiras universidades fundadas em cidades no interior do país.

Santa Maria é o centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Essa posição possibilitou, que a cidade se tornasse um “entreposto natural e obrigatório, pois está ligada a diversos pontos do estado por rodovias e linhas férreas, o que facilita a circulação de mercadorias” (PADOIN, 1992, p. 11). Esses aspectos observados levam a concluir que Santa Maria possuía um grande número de funcionários públicos e conseqüentemente desenvolver-se-ia no setor da prestação de serviços, com destaque para o comércio.

Historicamente, o comércio e a prestação de serviços foram as atividades econômicas preponderantes na cidade, no entanto a industrialização também era almejada pelos empresários locais. As indústrias aqui instaladas atuavam, em sua grande maioria, na agropecuária. Nesse sentido, a Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM), órgão representativo da classe empresarial local, passou a articular a industrialização do município (PADOIN, 1992).

A origem da CACISM data dos anos finais do século XIX e seu objetivo era ser “a força propulsora do progresso local” (PADOIN, 1992, p. 5). No cenário nacional, o Brasil pautava seu desenvolvimento na industrialização desde a década de 1930, mas a possibilidade de implementar uma industrialização de fato em Santa Maria vai ocorrer somente durante o governo militar brasileiro, mais precisamente no governo do General Médici, no início da década de 1970 (PADOIN, 1992).

A industrialização da cidade é pensada e estruturada no projeto do Distrito Industrial de Santa Maria. Engendra-se no plano nacional de descentralização, proposto pelos governantes ditatoriais. Assim, o Distrito Industrial de Santa Maria, visto como uma alternativa para o desenvolvimento industrial da cidade sofreu na prática revezes e, apesar dos esforços da CACISM, foi um processo longo e penalizado pelas mudanças contínuas das políticas econômicas em nível nacional (PADOIN, 1992).

Assim, o Distrito Industrial de Santa Maria, mais especificamente o seu processo de instalação no período militar, foi efetuado em duas fases. A primeira fase está relacionada a ideia inicial de criação do Distrito Industrial no Bairro Camobi; a segunda fase, relacionada ao deslocamento do Distrito Industrial, ou seja, sua transferência para outra área da cidade, na antiga Fazenda Santa Marta.

A ideia pioneira de instalação do Distrito Industrial, tem como marco inicial o ano de 1968, quando as políticas de aceleração do crescimento passaram a ser mais efetivas e a política de criação

de distritos industriais no Rio Grande do Sul passou a ser uma alternativa para solucionar os principais problemas que envolviam a indústria gaúcha.

As principais ideias a respeito da primeira fase do processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, podem ser percebidas no destaque dado pelo Jornal A Razão (1971, p. 16):

Num acontecimento qualificado de “histórico” o prefeito Rolim Sobrinho assinou ontem o Decreto executivo nº 024/71, que declara a utilidade pública, para fins de desapropriação da área onde será instalado o Distrito Industrial. O decreto relativo assinala: “O Prefeito municipal de Santa Maria, usando as atribuições que lhe são conferidas em lei e de acordo com proposições da Comissão do Plano Diretor decreta: Artigo 1-É declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 93 hectares, localizada na zona de expansão urbana da cidade de Santa Maria, próximo ao quilômetro 4, da faixa Santa Maria-Camobi (RS-3), destinada a implantação do Primeiro Distrito Industrial de Santa Maria”. O decreto assinala ainda as confrontações da área considerada: “Ao norte, faixa de domínio da estrada de ferro Santa Maria-Porto Alegre (RFFSA), a leste, a avenida principal da Vila Presidente Vargas, ao sul, faixa de domínio da estrada de rodagem - RS3, e, a oeste a linha seca continuação sul-norte da estrada municipal para São José, até encontrar a faixa de domínio da RFFSA”. O segundo artigo do decreto estipula: “Este decreto entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições ao contrário”.

Portanto, o projeto inicial que moldava o Distrito previa sua instalação no Bairro Camobi, nas margens da BR-287. Porém, negociações entre o Governo do Estado e a Prefeitura fizeram com que este passasse a ser construído em uma área da Fazenda Santa Marta, a qual seria desapropriada, na Região Oeste da cidade. O processo de implementação do Distrito Industrial iniciou em 1971, e sua inauguração ocorreu em 1975.

O Distrito Industrial de Santa Maria foi oficialmente instalado em 1975, porém as indústrias só começaram a se instalar no local em 1977. O projeto inicial que moldava este distrito previa sua instalação no Bairro Camobi, nas margens da BR 287. Porém, as negociações entre o governo do Estado e a prefeitura fizeram com que este passasse a ser construído em área da Fazenda Santa Marta que seria desapropriada, na região oeste da cidade (LIMA, 2013, p. 7).

Vê-se que a implantação do Distrito Industrial ocorreu de maneira conturbada. Inicialmente, a área prevista para receber o empreendimento foi alterada. As razões para a substituição do local original, o bairro Camobi, na zona leste da cidade, no qual se situa a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela desapropriação de parte da Fazenda Santa Marta, na zona oeste, de propriedade particular, são controversas. Não raro, cita-se o atendimento a interesses particulares para tanto (LIMA, 2014, p. 94).

As primeiras empresas que se instalaram no local sofreram com as precárias condições de infraestrutura e com os poucos investimentos públicos, pois Estado e município não queriam arcar com os custos. Segundo depoimentos de empresários, muitos desses problemas perduraram por,

no mínimo, uma década (LIMA, 2014, p. 96). Até mesmo a distribuição de água não foi garantida nos primeiros anos pelos governos municipal e estadual. Houve, também, morosidade para garantir a terraplanagem para receber as indústrias. Neste sentido, muito provavelmente, as precárias condições contribuíram para que o interesse de empresas de fora de Santa Maria não tivessem seu interesse despertado pelo empreendimento (LIMA, 2014, p. 95).

Pode-se elencar outros fatores negativos para o projeto do Distrito Industrial, entre eles: a instabilidade política e econômica do país, o distanciamento geográfico das áreas industrializadas do Rio Grande do Sul (região metropolitana de Porto Alegre e a Serra Gaúcha, mais precisamente Caxias do Sul), a política de gradual substituição das ferrovias por rodovias, enfraquecendo o transporte de mercadorias. Juntos, esses fatores moldaram um desanimador cenário econômico em Santa Maria

A região de Santa Maria foi a que apresentou pior desempenho em relação à produção industrial do Rio Grande do Sul: caiu 2,11% em 1970 para 1,05% em 1980. [...] O comércio de Santa Maria, segundo o CDL (Clube dos Diretores Lojistas), em 1980, comparado com 1979, teve um crescimento negativo de -12,58%, e em 1981 de -7,92%. [...] quanto ao nível de desemprego, em fevereiro de 1980, houve 366 demissões a mais que admissões (PADOIN, 1992, p. 64-65).

Em relação às empresas, a primeira foi a Vontabel, que passaria a ser a produtora dos refrigerantes da Coca-Cola na região. Logo a seguir, vieram a AGRIMEC, indústria de máquinas agrícolas e, no início da década de 1980, a Corrieri, de alimentos. Estas duas também originárias de Santa Maria. Na primeira década, dos 329 hectares desapropriados, somente 15,59 hectares, equivalente a 5,2% do total, foi ocupada por empresas. Até a virada do século, o número de empresas não passou de dezessete e predominaram as indústrias alimentícias, metalúrgicas, da construção civil, de bebidas, de móveis, de equipamentos elétricos e de implementos agrícolas (BERLEZE; ORTIZ, 2003, p. 82). A chegada de novas indústrias no Distrito Industrial continuou ocorrendo, mas não atingiu as expectativas das lideranças empresariais de Santa Maria (LIMA, 2013).

Percebe-se que o projeto de industrialização de Santa Maria, por meio da implementação de um Distrito Industrial, não atingiu os planos iniciais da CACISM e disso decorreu uma certa frustração do empresariado local. A população que, no primeiro momento, via a possibilidade de geração de empregos e de desenvolvimento da cidade, percebia que o cenário não se efetivava com a prosperidade desejada e esperada.

As razões para o relativo fracasso da instalação do Distrito Industrial são polêmicas. No entanto, uma possibilidade de elaboração de uma resposta deve levar em consideração a falta de iniciativa política concreta por parte dos governantes municipais, bem como a sobreposição dos interesses coletivos aos particulares, por parte de políticos e empresários locais (LIMA, 2014, p. 114).

O MATERIALISMO HISTÓRICO DE ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL

Para uma melhor compreensão do método materialista histórico de análise da realidade social, faz-se necessário conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos do marxismo, aqui entendido como uma “escola de pesquisa social, econômica, política e filosófica que deriva suas interpretações do trabalho de Karl Marx e Friedrich Engels” (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 200).

A teoria marxista busca uma visão global da realidade social e, para tanto, é composta de “uma teoria científica, o materialismo histórico, e uma filosofia, o materialismo dialético” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 240). Didaticamente, optou-se, primeiramente, por abordar o materialismo dialético e, posteriormente, o materialismo histórico.

A expressão dialética remonta à Grécia antiga e significava defender teses por meio de argumentações. Com o tempo, passou a ter outra conotação que pode ser entendida como “modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 8).

Epistemologicamente, a concepção de dialética destaca-se nos estudos de Hegel que defende a “contradição, o conflito, como a própria substância da realidade, a qual se supera num processo incessante de negação, conservação e síntese” (QUINTANEIRO *et al.*, 2002, p. 64). Marx aproximou-se do modelo dialético de Hegel (idealista), mas diferiu deste, segundo suas próprias palavras:

Meu método dialético não apenas difere em sua base do hegeliano como, além disso, é totalmente inverso deste. Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele encarna com o nome de Ideia, é demiurgo da realidade, que não é mais do que a forma fenomênica da Ideia. Para mim, ao contrário, o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem. [...] a compreensão positiva das coisas existentes inclui, ao mesmo tempo, o conhecimento de sua negação fatal, de sua destruição necessária, porque ao captar o próprio movimento, do qual todas as formas acabadas são apenas uma configuração transitória, nada pode detê-la, porque em essência é crítica e revolucionária (MARX, apud QUINTANEIRO *et al.*, 2002, p. 65).

Entende-se que, para Marx, a realidade é material, logo, no materialismo dialético, temos:

o mundo material deve ter primazia sobre o mental [...]. Sustenta-se que esse mundo material possa, em princípio, ser conhecido valendo-se do trabalho das ciências empíricas. Além disso, a filosofia é dialética, o que quer dizer que ela apresenta a realidade em desenvolvimento, ou seja, para afirmar não apenas que existe mudança no mundo material, mas pelo contrário, que a realidade é caracterizada pelo surgimento de propriedades qualitativamente novas (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 203).

A produção intelectual de Marx baseia-se na crítica à sociedade burguesa, num esforço de superá-la, destacando a atuação do proletariado (NETTO, 2006). O materialismo dialético pode ser evidenciado na seguinte passagem do *Manifesto do Partido Comunista*:

Em geral, os conflitos da velha sociedade favorecem, de várias maneiras, o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive engajada numa luta permanente: no início, contra a aristocracia, depois, contra os setores da própria burguesia, cujos interesses entram em conflito com o progresso da indústria; e permanentemente, contra a burguesia de todos os países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se constrangida a apelar para o proletariado, a pedir sua adesão e, desse modo, a impeli-lo para o movimento político. Portanto, ela própria fornece ao proletariado os elementos de sua própria formação, ou seja, armas contra si mesma (MARX; ENGELS, 2013, p. 40).

Pode-se presumir que o materialismo histórico se engendra no materialismo dialético, pois ambos analisam a realidade material da sociedade sendo a evolução histórica da sociedade um processo dialético. O materialismo histórico é, portanto, um “método de abordagem da vida social” (QUINTANEIRO *et al.*, 2002, p. 67).

A expressão “A história de toda a sociedade até nossos dias é a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2013, p. 23), significa afirmar que a história é subdividida em diferentes épocas e contextos, surge assim a concepção de modo de produção, que pode ser também compreendido como as relações econômicas que influenciarão e determinarão a vida social.

Os modos de produção constituem as forças de produção, em outras palavras, “as capacidades produtivas disponíveis para uma sociedade. Dessa forma, incluem a tecnologia material (como máquinas, ferramentas e fontes de energia) e as habilidades físicas e intelectuais da população” (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 139) e das relações de produção que são “como os homens se organizam socialmente para produzir” (QUINTANEIRO *et al.*, 2002, p. 73).

As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. A realidade social é, portanto, concebida como um modo de produção. Assim, quando uma sociedade adquire novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida e, portanto, modificam todas as relações sociais.

Verifica-se que o materialismo histórico procura demonstrar que a evolução histórica de uma sociedade ocorre pelo viés econômico, abrindo espaço para as contradições entre as classes sociais (lutas de classe), possibilitando, com o tempo, o colapso de um sistema, proporcionando uma revolução, que nada mais é do que a substituição de um modo de produção por outro. Marx, em sua obra, *O manifesto do Partido Comunista*, descreve as contradições entre as classes e a constante transformação social.

Mas, com a expansão da indústria, o proletariado não somente cresce; concentra-se em contingentes cada vez maiores; sua força cresce, com o sentimento que dela adquire. Os interesses, as condições de vida no seio do proletariado homogeneizam-se cada vez mais, à medida que o maquinismo oblitera as diferenças do trabalho e quase em toda a parte reduz os salários a um nível igualmente baixo. A concorrência crescente dos burgueses entre si e as crises comerciais que daí resultam tornam o salário dos operários sempre mais instável. O aperfeiçoamento incessante e sempre mais rápido do maquinismo torna sua situação cada vez mais precária. Cada vez mais, conflitos isolados entre operários e burgueses assumem o

caráter de conflitos entre duas classes. Os operários começam por formar coalizões contra os burgueses; unem-se para defender seu salário. Chegam até a fundar associações duradouras para se premunirem em caso de sublevações eventuais. Aqui e ali, a luta transforma-se em motins (MARX; ENGELS, 2013, p. 38-39).

Realizadas as explicações sobre materialismo dialético e materialismo histórico, será realizado, nesse momento, uma abordagem metodológica do empreendimento do Distrito Industrial de Santa Maria/RS pelo viés do materialismo histórico.

ABORDAGEM MATERIALISTA HISTÓRICA NO EMPREENDIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA, RS

Karl Marx, em suas análises das transformações das sociedades, apresentou o conceito de modo de produção para descrever a evolução histórica de uma determinada sociedade. Com o intuito de apresentar uma visão global da realidade social, buscou, na base econômica, o pressuposto para abordar a complexidade da estrutura social contemplando também as instâncias ideológicas. Marx, identificou seis períodos históricos que se denominaram modos de produção “comunismo primitivo; sociedade escravocrata antiga; feudalismo; capitalismo; socialismo e comunismo” (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 219).

Os anos finais da década de 1960 e início dos anos 1970 caracterizaram-se por intensos debates internacionais (cenário de Guerra Fria) e transformações econômicas no Brasil, período conhecido como milagre econômico, assentado sob um governo ditatorial. É nesse contexto capitalista, ou modo de produção capitalista, que os empresários locais, representados pela CACISM, articulam o desenvolvimento industrial do município, por meio da construção do Distrito Industrial de Santa Maria.

Torna-se pertinente nesse momento salientar que uma sociedade capitalista

é estruturada por intermédio do antagonismo de duas classes dominantes: a burguesia, que detém e controla os meios de produção, e o proletariado, que detém apenas sua habilidade de trabalho (e, por conseguinte, sobrevive vendendo sua força de trabalho). Aparentemente, parece existir uma troca justa e livre de mercadorias, incluindo-se a força de trabalho, valendo-se do mecanismo de mercado. Na análise de Marx, além dessa aparência reside uma exploração sistemática do proletariado, a ponto do preço do trabalho determinado no mercado livre ser menor do que o valor do produto do trabalho (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 51).

Para uma melhor compreensão da estrutura econômica e ideológica da sociedade capitalista, outros conceitos marxistas devem ser mencionados como mercadoria e mais-valia. Na obra *O Capital*, mercadoria é descrita como:

um objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz

a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 1996, p. 165).

Satisfazendo as necessidades humanas, outras dimensões proporcionadas pela mercadoria devem ser mencionadas, como sua utilidade, que vai definir seu valor de troca. Nessa ideia, a mercadoria é “um produto do trabalho, o seu valor é determinado pelo total de trabalhadores socialmente necessário para produzi-la” (ARANHA; MARTIN, 1993, 242).

O conceito de mais-valia insere-se na relação entre produção de mercadoria, valor de uso, valor de troca e o valor do trabalho aplicado na produção. Compreende-se o conceito de mais-valia como

Termo chave na teoria econômica de Marx [...]. De acordo com a teoria do valor do trabalho, o preço de uma mercadoria depende da quantidade de tempo de trabalho gasto em sua produção. Idealmente, o dinheiro que o trabalhador recebe pelo gasto de seu trabalho deveria ser equivalente ao valor do produto que ele produziu. Consequentemente, se você tivesse trabalhado cinco horas e tivesse produzido, digamos, dez metros de tecido, e dez metros de tecido tivessem o mesmo valor de troca (o que quer dizer que ele seria vendido pelo mesmo preço) de cinco fornadas de pão, seu salário deveria ser suficiente para a compra de cinco fornadas de pão. Marx sustenta que o sistema capitalista funciona de forma que o salário do trabalhador será usualmente menor do que o valor de seu produto. A diferença é o excedente, ou a mais-valia, de que o capitalista se apropria. Desse modo o trabalhador parte do dia para ele mesmo e parte do dia para o capitalista (EDGAR; SEDWICK, 2003, p. 199).

Entende-se, a partir da compreensão da mais-valia a que o funcionário se submete, por necessidade, à realização de um dado trabalho, recebendo de forma desproporcional ao exercício do labor, gerando um antagonismo entre capitalistas e trabalhadores. Estabelece-se, assim, a possibilidade de aflorar a luta de classes.

O Brasil alinhado aos EUA num contexto mundial de Guerra Fria, procurou suprimir, pelo autoritarismo, qualquer manifestação em âmbito nacional do socialismo. Essa postura política atendia aos interesses do governo brasileiro, que, por meio de financiamentos advindos do bloco capitalista, afirmava seu desejo de tornar-se um país industrializado. A grande beneficiada nesse processo foi a burguesia brasileira que ampliava seus ganhos com o crescimento do PIB e ampliava para o interior do Brasil seus empreendimentos industriais e comerciais (SKIDMORE, 1998).

A CACISM, representante dos empresários locais, percebeu nesse momento a possibilidade de ampliação de seus empreendimentos e articulou politicamente a solução com a criação do Distrito Industrial, ratificada pelo “Plano Nacional de Descentralização Industrial” (PADOIN, 1992, p. 58).

Verifica-se, tanto em âmbito nacional quanto local, que empresários e governo estavam convergindo segundo seus interesses econômicos. Nesse contexto, os trabalhadores brasileiros representavam uma mão de obra pouco especializada e com salários baixos, devido ao grande número de pessoas que buscavam nas cidades oportunidades de melhoria de vida. Esse panorama contribuiu para o aumento da desigualdade social e consequentemente para a divergência entre crescimento econô-

mico, defendido pelo governo militar, e o agravamento das questões sociais (SKIDMORE, 1998).

Os empresários locais, em seu projeto de industrialização, visaram ao aumento imediato do seu capital, não se preocupando com a reprodução ampliada do mesmo. Nessa lógica,

o empresariado local na sua maioria (80%) e não na sua totalidade, pretende ter com sua empresa (empresa familiar) uma renda estável, na qual investe no que é estritamente necessário para produzi-la novamente e, o excedente, investe em artigos de luxo para uso particular/familiar e/ou em outros setores, como na aquisição de latifúndios. O empresário não se preocupou em organizar e preparar a sua família ou pessoal capacitado (na empresa) para o futuro, não investiu no progresso contínuo, mas alimentou a consciência de limitação (PADOIN, 1992, p. 75).

Essa característica de atuação do empresariado local, atrelada às discordâncias entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Santa Maria sobre a responsabilidade do investimento financeiro na infraestrutura do Distrito Industrial, corroborou decisivamente para a não concretização do projeto em grande escala, como sonhado pela CACISM.

O modo de produção capitalista “é marcado por ciclos, com períodos de prosperidade e de recessão econômica” (PADOIN, 1992, p. 63). O milagre econômico brasileiro possibilitou ao empresário local sonhar com a industrialização, mas a recessão, do final da década de 1970 e início da década de 1980 em âmbito nacional, frustrou o sonho, gerando desemprego e crescimento negativo na indústria e no comércio de Santa Maria.

Portanto, o regime militar (1964-1985) corresponde ao final da Era Desenvolvimentista e ao início da fase de crise, instabilidade e transição. Vale destacar que a melhor fase de evolução da economia brasileira é a Era Desenvolvimentista (1930-79), enquanto a pior fase é a de crise, instabilidade e transição (1980- 1994). Esse cenário se refletiu em todo o território nacional e, também, no Rio Grande do Sul e no município de Santa Maria. Demonstra-se, esse crítico cenário econômico santa-mariense:

A região de Santa Maria foi a que apresentou pior desempenho em relação à produção industrial do Rio Grande do Sul: caiu de 2,11% em 1970 para 1,05% em 1980. [...] Quanto ao nível de desemprego, em fevereiro de 1980, houve 366 demissões a mais que admissões. Em todo o ano, houve 16.620 admissões e 15.547 demissões (PADOIN, 1992, p. 64-65).

O período compreendido entre os anos de 1964 e 1985, representou mudanças na infraestrutura brasileira, especialmente devido à recessão associada à crise econômica. Santa Maria, como cidade interiorana de importância estratégica, viveu intensamente o período histórico, apresentando as mesmas dificuldades que as relatadas em todo o país. Nesse sentido, o Distrito Industrial era fruto de uma política nacional e não somente de uma iniciativa das lideranças políticas e do empresariado local.

A partir do estudo arqueológico sobre o início do Distrito Industrial de Santa Maria, arquitetado no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), a partir da abordagem por meio

do materialismo histórico, pôde-se inferir que a sociedade santa-mariense manteve uma sintonia com os planos econômicos nacionais, voltados ao desenvolvimento, contudo, na prática manteve divergências com o governo do Estado e preservou as características do empresariado local, composto por empresas familiares, que diversificavam suas rendas em diversas frentes, tanto na ampliação dos negócios (muitas vezes ligada a aquisição de propriedades rurais), quanto na melhoria das condições de vida, investindo em artigos de luxo. Essas condicionantes, não possibilitavam um aumento do setor industrial local, e ao despontar crises econômicas em nível nacional (como as vivenciadas entre os anos 1980 e início dos anos 1990) o empresariado local sofreu os reveses que, de certa forma, estagnaram os empreendimentos como o Distrito Industrial de Santa Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método materialista histórico de análise da realidade social permite reconhecer a sociedade em sua totalidade, a partir de suas relações econômicas. Pode-se concluir que, como método de pesquisa, o materialismo histórico é investigativo, balizando seus pressupostos numa análise empírica da história de uma determinada formação social em um dado momento histórico, proporcionando uma ruptura com análises científicas pautadas na linearidade, como, por exemplo, o positivismo.

Karl Marx procurou, em suas obras, compreender o funcionamento do modo de produção capitalista, com todas suas contradições e conflitos. Com base em tais pressupostos, foi construída uma investigação da sociedade brasileira durante os anos de 1964-1985, em meio a uma ditadura civil-militar e seus desdobramentos no local, a cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com seu projeto ambicioso de industrialização, representado pela construção de um Distrito Industrial.

Nesse sentido, evidenciou-se o alinhamento das lideranças empresariais santa-marienses, representadas pela CACISM, com as políticas econômicas e sociais impostas pelos governos ditatoriais, que visavam a consolidar o capitalismo em território nacional. Essas intencionalidades atendiam também aos interesses dos EUA, que, em meio a disputas contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), financiavam regimes ditatoriais com objetivo de aumentar zonas, ou territórios, de influência, devido ao temor de uma nova revolução socialista, como ocorrera em Cuba, no ano de 1959.

Por fim, cabe salientar que o método materialista histórico permite compreender a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista, aproximando a produção intelectual da vida real, material. No caso estudado, vislumbram-se as simetrias e assimetrias do global com o local, sendo o Distrito Industrial a materialização do pensamento capitalista nacional no local. Somado a isso, a forma de atuar do empresariado santa-mariense, voltado à pulverização dos seus lucros, muitas vezes, em campos de atuação antagônicos ao industrial, contribuiu decisivamente para a não superação de momentos econômicos adversos e, por conseguinte, não concretizando, na totalidade, iniciativas como o Distrito Industrial de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando. Introdução a Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

BERLEZE, Marizete Medianeira; ORTIZ, Ail C. Meireles. Distrito Industrial de Santa Maria: realidade atual. **Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 75-89, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/33mXNof>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BRUM, Argemiro. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1988, p. 97-120.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria cultural de A a Z. Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2003.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: USP, 2001, p. 219-287.

LIMA, Bruna. A problemática do Distrito Industrial de Santa Maria - RS. *In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL*, 2013, Passo Fundo. **Anais [do] PPGH**. UPF, 2017. p. 50-55. Disponível em: <https://bit.ly/2MWe2CK>. Acesso em: 10 maio 2017.

LIMA, Bruna. **O Distrito Industrial de Santa Maria: instalação e novas perspectivas**. 2014. 122 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2OLGSs9>. Acesso em: 08 jul. 2017.

JORNAL A RAZÃO. **Prefeito desapropria a área do nosso Distrito Industrial**. 05 de junho de 1971, p. 16.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Fridrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)**. 1992. 98 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2YNyBI8>. Acesso em: 08 jul. 2017

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

